

LICENÇA DE OPERAÇÃO RENOVAÇÃO

Nº: 050/2022

Data: 15/03/2022

A SEMA -Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 4.594 de 18 de novembro de 2014, expede **Licença de Operação - LO:**

NOME: Marcony Cabral Santos.

EMPREENDIMENTO: Polícia Militar do Estado de Sergipe.

CPF/CNPJ.: 34.850.014/0001-16.

ATIVIDADE LICENCIADA: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar.

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: Rua Argentina, nº 213, Bairro América, CEP 49.080-080.

MUNICÍPIO: ARACAJU-SERGIPE

A REALIZAR OS SERVIÇOS E OBRAS NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. Esta Licença refere-se exclusivamente a Polícia Militar do Estado de Sergipe, sob responsabilidade de Marcony Cabral Santos, localizado na Rua Argentina, nº 213, Bairro América, nesta capital.
2. Esta Licença está sendo expedida com base no que prevê o art. 2º e 3º da Legislação Municipal Nº4.594/14 e Anexo I da Resolução CEMA 06/12.
3. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em jornal de grande circulação, em conformidade com a Art. 45 da Lei municipal 4594/14, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser encaminhada cópia da publicação à SEMA.
4. Esta Licença não autoriza a utilização de equipamentos de amplificação sonora no empreendimento acima dos limites estabelecidos por lei.
5. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBR's nº 10.151 e nº 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução CONAMA nº 01/90 e pelas Leis municipais 1.789/92 e 2.410/96.
6. O empreendedor deverá manter esta Licença Ambiental em local visível no empreendimento e à disposição da fiscalização ambiental.
7. O empreendedor deverá executar as atividades de acordo com os Projetos e Memorial Descritivo apresentados a SEMA.
8. O empreendedor, em sua atividade, não deverá gerar odor e/ou poluição que causem incômodos ou danos à população circunvizinhança e ao meio ambiente.
9. O empreendedor deverá requerer a Renovação da Licença com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração da validade desta Licença.
10. O empreendedor deverá apresentar juntamente com o pedido de Renovação da Licença:

- Alvará de Funcionamento;
- Certidão Negativa de Débitos;

- Esta licença não autoriza a operação de equipamentos de geração de energia.
- A recuperação de motores, serviços mecânicos dos equipamentos e troca de óleo, deverão ser realizados em locais apropriados, assegurando-se que os resíduos não atingirão ecossistemas, recursos hídricos de superfície e aquíferos.
- O sistema de esgotamento sanitário deverá ser operado de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de vetores e outros inconvenientes, bem como afastar possibilidade de poluição de quaisquer áreas.
- Os poluentes atmosféricos gerados pelo empreendimento não deverão possuir concentrações acima dos valores estabelecidos pela Resolução Conama nº 436/11.
- O sistema de drenagem de águas pluviais deverá ser executado e operado em conformidade com as diretrizes municipais, de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamento e outros) e garantir o fluxo natural das águas.
- A operação da atividade do empreendimento não poderá gerar odores que causem incômodo à circunvizinhança ou que ocasione poluição ao meio ambiente.
- Os resíduos sólidos de origem doméstica deverão ser encaminhados à rede pública de coleta. Não sendo permitida sua incineração, queima ou disposição em locais inadequados.
- Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser acondicionados adequadamente conforme NBR 13.230/08 da ABNT, em local apropriado, e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
- Os resíduos sólidos perigosos gerados deverão ser acondicionados em local abrigado com piso impermeável, conforme Resolução NBR 12.235/92 da ABNT, e destinado de maneira correta, de acordo com as normas vigentes.
- A destinação das lâmpadas, pilhas e baterias geradas no desenvolvimento da atividade deverá ser realizada de acordo com as determinações previstas nas Resoluções CONAMA 257/99 e CONAMA 401/08.
- Os resíduos não passíveis de logística reversa deverão ter destinação final apropriada realizada por empresa licenciada por órgão ambiental competente conforme Lei 12.035/2011.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.
- Na ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deverá ser comunicado à SEMA, após a constatação e/ou conhecimento isolado ou solidariamente, pelos responsáveis pelo estabelecimento e pelos equipamentos e sistemas.
- Os responsáveis pelo empreendimento, pelos equipamentos e sistemas, independentemente da comunicação da ocorrência de acidentes ou vazamentos, deverão adotar as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente.
- Qualquer alteração e/ou ampliação na área ou atividade da empresa deverá ser imediatamente apresentados à SEMA.
- Qualquer alteração na titularidade do empreendimento ou em seus equipamentos ou sistemas deverá ser comunicada a SEMA, com vistas à atualização na Licença Ambiental.

27. Caso seja constatada omissão de informações ou uso de afirmações falsas ou inverídicas nos documentos que subsidiaram a emissão desta Licença, caberá à SEMA:
- A suspensão imediata da Licença e imposição de multa na forma da legislação ambiental vigente;
 - A denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe responsabilizando-o conjuntamente ao empreendedor pela multa e demais medidas punitivas;
 - O envio de cópias dos procedimentos adotados para conhecimento do Ministério Público.
28. No caso de desativação, o empreendimento fica obrigado a apresentar plano de encerramento das atividades, a ser aprovado pela SEMA.
29. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta Licença.
30. Perante à SEMA, a empresa é a responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e por qualquer tipo de acidente (intencional ou ocasional) que venha ocorrer na fase de operação.
31. Esta Licença não exclui a aprovação das operações, procedimentos e instalações de competência do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Vigilância Sanitária, assim como, não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federais, Estaduais e Municipais com jurisdição na área.
32. O descumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
33. A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionante ou normas legais;
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes apresentadas no Roteiro de Caracterização do empreendimento, bem como no Termo de Responsabilidade Ambiental que subsidiaram a emissão da Licença;
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto;
 - Denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe.

ESTA LICENÇA É VALIDA PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS, CONFORME PREVISTO NO ART. 20, INCISO III DA LEI MUNICIPAL 4.594/14, E PROTOCOLO SEMA Nº 2.530/2022 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 E PARECER TÉCNICO 138/2022 DLA SEMA DE 12 DE JANEIRO DE 2022.

Diretora de Licenciamento Ambiental
Ivana Silva Sobral

Secretário Municipal do Meio Ambiente
Alan Alexander Mendes Lemos

Assinado por 2 pessoas: IVANA SILVA SOBRAL e ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/DA23-E5F2-0CE6-3201> e informe o código DA23-E5F2-0CE6-3201



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DA23-E5F2-0CE6-3201

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVANA SILVA SOBRAL (CPF 006.XXX.XXX-40) em 15/03/2022 15:17:03 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS (CPF 222.XXX.XXX-72) em 16/03/2022 10:44:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/DA23-E5F2-0CE6-3201>